Publicado em 11/09/2023 - 11:59

Covid-19: 51% da população quer julgamento e punição por mortes

Cera de 60% creem que conduta do governo foi responsável por óbitos

Por Agência Brasil

Um levantamento realizado pelo Centro de Estudos SoU Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) mostra que 51,5% da população quer que os crimes associados a mais de 700 mil mortes pelo novo coronavírus no Brasil sejam julgados e condenados. O levantamento aponta que, para 62,1% dos entrevistados, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e o Ministério da Saúde foram os principais responsáveis pelas mortes. Para pesquisadores, se a conduta tivesse sido outra, haveria menos óbitos.

O levantamento apurou que 76,5% dos entrevistados disseram ter acompanhado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, comissão realizada no Senado Federal em 2021, e que esse acompanhamento foi essencial para dar embasamento às opiniões.

O estudo perguntou qual seria a forma para a reparação dos crimes. As três providências sugeridas pelo estudo para reparar os crimes que tiveram maior adesão foram:

1. criar uma Comissão da Verdade para apurar os crimes (44,7%),

2. indenizar as vítimas, crianças que perderam pai e/ou mãe (39%),

3. criar um Tribunal Especial para acelerar os julgamentos (38,3%).

“A Comissão da Verdade foi mais aceita entre pessoas do Centro-Oeste (58,7%), que ganham de três a cinco salários mínimos (53,3%) e que têm ensino superior (50,9%). E menos aceita entre quem estudou até o ensino fundamental (32,9%), recebe menos de um salário (35,0%) e tem entre 18 e 24 anos (36,3%)”, informou a Unifesp.

O estudo apurou que as indenizações foram mais aceitas entre as pessoas de outras religiões (45,1%) — grupo que reúne espíritas, candomblecistas, umbandistas, budistas, etc — que ganha de três a cinco salários mínimos (45,0%) e estudaram até o ensino médio (43,3%). E menos aceitas entre os que estudaram até o ensino fundamental (28,8%), que ganham mais de cinco salários (31,1%) e menos de um salário (35,4%).

O tribunal especial foi mais aceito entre as pessoas de 25 a 34 anos (44,6%), sem religião (44,6%), e de outras religiões (43,9%). E menos aceito entre os que estudaram até o ensino fundamental (25,6%), que ganham até um salário mínimo e mais de cinco salários mínimos (28,7% e 32,5%) e que têm de 18 a 24 anos (32,5%).

Mais investimentos no SUS

A maioria dos entrevistados (52,4%) disse ainda que, para prevenir ou reduzir a mortalidade de uma possível epidemia ou pandemia futura, a melhor opção é o aumento de investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS). Para 46,5%, o melhor caminho é ampliar o investimento em ciência e pesquisa e 38,7% aumentar a produção de vacinas com tecnologia nacional.

A pesquisa apurou que, em relação à preferência eleitoral, os eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro tomaram 58 milhões de doses a menos de vacinas contra a covid-19 do que os do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Considerando o sistema vacinal completo, os que votaram em Lula receberam 38% a mais de doses dos imunizantes contra a covid-19 do que os eleitores de Bolsonaro.

“Esse índice confirma a diferença da adesão a outras campanhas de vacinação (como sarampo, poliomielite e influenza) por lulistas e bolsonaristas: 83% e 65%, respectivamente. No caso da vacinação infantil contra a covid-19, a disparidade é

Copyright © Clipclap 2026.

ainda maior. Os 76% eleitores de Lula são favoráveis e apenas 39% dos eleitores de Bolsonaro concordam", disse a Unifesp.

Confiança nas vacinas

Outro ponto levantado pela pesquisa diz respeito à confiança nas vacinas. Os resultados mostraram haver uma disparidade enorme entre esses eleitores. Apenas 38,4% do total dos bolsonaristas concordam que "as vacinas são amplamente testadas e têm eficácia comprovada", contra 75% dos eleitores do petista. Além disso, 13% dos eleitores de Bolsonaro disseram que habitualmente tomavam vacinas, mas deixaram de fazê-lo na pandemia do novo coronavírus.

Renda, escolaridade e religião também se mostraram fatores importantes para a adesão às vacinas: 63% dos que recebem até um salário-mínimo afirmaram que sempre aderiram às campanhas, índice que sobe para 84% entre os que ganham de três a cinco salários-mínimos e para 77% entre os que recebem mais de cinco salários. Dos respondentes que concluíram até o ensino fundamental, a adesão à vacina é de 57%; entre os com o ensino superior, de 81%.

A pesquisa mostrou que o fator renda também influenciou diretamente no tratamento que os pacientes infectados receberam. O chamado Kit Covid (coquetel que inclui Cloroquina, Ivermectina, Azitromicina, entre outros fármacos sem comprovação científica contra a doença), defendido pelo ex-presidente, foi distribuído em maior quantidade para quem ganhava menos de um salário mínimo (63%) e em menor quantidade para quem recebia acima de cinco salários (32%).

Esse percentual também mostra outra disparidade: 66% dos entrevistados que possuem formação até o ensino fundamental afirmaram ter usado kit, entre os que concluíram o ensino superior o percentual foi 46%. Entre os indígenas, o percentual foi 75% em comparação com os "brancos", 48%.

"Parte disso é possivelmente explicada pelo fato de os medicamentos terem sido distribuídos de maneira abrangente pelo SUS, que atende prioritariamente pessoas com menor renda. Apenas 3% dos contaminados informam terem se automedicado", apontou a universidade.

A Pesquisa de Opinião Covid-19, Vacina e Justiça, realizada em parceria com o Instituto Ideia, ouviu 1.295 entrevistados, via celular, de todas as regiões do país, com idade igual ou superior a 18 anos. As entrevistas foram feitas entre os dias 5 e 10 de julho, com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 3%, e levantaram opiniões sobre a pandemia de grupos de diferentes condições socioeconômicas, religiões, raças/cores, escolaridades, além da dimensão política ideológica.

https://www.metroworldnews.com.br/foco/2023/09/09/covid-19-51-da-populacao-quer-julgamento-e-punicao-por-mortes/

Veículo: Online -> Site -> Site Jornal Metro

Copyright © Clipclap 2026.